

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E
DESENVOLVIMENTO RURAL**

**REQUERIMENTO DE CONVOCAÇÃO N° DE 2006
(da Sra. KÁTIA ABREU)**

Solicita seja convocado o Sr. Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário para prestar esclarecimentos a esta Comissão sobre repasses de recursos para a Associação Nacional de Apoio à Reforma Agrária.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Exa., com fundamento no art. 50, da Constituição Federal, combinado com o art. 219, § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvido o plenário, se digne a adotar as providências necessárias à convocação do Sr. Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário para prestar esclarecimentos a esta Comissão sobre repasses de recursos para a Associação Nacional de Apoio à Reforma Agrária- ANARA.

JUSTIFICAÇÃO

O jornal O Estado de São Paulo, em sua edição de 09 de junho do corrente publicou:

“Lula liberou R\$ 5,6 mi para entidade ligada ao MLST
Bruno Maranhão e Edmilson Lima, acusados de planejar e executar invasão da Câmara, assinaram três dos quatro convênios entre o governo e a ANARA
A Associação Nacional de Apoio à Reforma Agrária (ANARA), fundada e comandada por líderes do Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST), responsável pela invasão violenta da Câmara dos Deputados na terça feira, é financiada com dinheiro público. A entidade recebeu, de 1999 a 2006, R\$ 5,7 milhões, dos quais R\$ 5,6 milhões só do governo do PT, para assistência a assentamentos dentro do programa de reforma agrária.

A informação está no site Contas Abertas, especializado em acompanhar a execução do Orçamento da União. Um dos militantes do MLST, Idevanir da Silva, representante do Assentamento Paulo Faria, na cidade de Prata (MG), afirmou ontem que "os recursos não chegam aos assentamentos" e o dinheiro "deve ter ficado no meio do caminho". Mas, na sede da ANARA, em Brasília, a funcionária Elizabeth da Silva Ribeiro confirmou que a associação recebe recursos públicos: "Obviamente que todo movimento social tem de ter ajuda do governo. Receber nós também recebemos, só não sei quanto". Segundo o Contas Abertas, os dirigentes do MLST Bruno Maranhão e Edmilson de Oliveira Lima, presos sob acusação de envolvimento no planejamento e execução da invasão e do quebra-quebra na Câmara, assinaram como responsáveis três dos quatro convênios entre o governo e a ANARA. O site informa que, dos R\$ 5,7 milhões, a maior parte - R\$ 4,2 milhões - foi repassada à associação pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), a partir de 2005. De acordo com os dados do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), os recursos serviriam para a "reestruturação econômica, social e cultural do Assentamento Paulo Faria" e financiariam a realização de cursos e oficinas de capacitação em diversos Estados, além de 21 encontros regionais da ANARA e um nacional.

Parte do dinheiro, segundo o Contas Abertas, foi liberado para a associação um mês depois da visita de Maranhão ao Palácio do Planalto para reivindicar a punição dos assassinos de um líder rural. O site informa ainda que os repasses federais mais recentes para a ANARA foram feitos em fevereiro de 2006, no total de R\$ 1 milhão. Seu primeiro convênio com o governo Lula foi publicado em dezembro de 2003, para repasse de R\$ 250 mil, que só se efetivou em abril de 2005. Esse dinheiro teria sido usado no pagamento de cursos, estudos, pesquisas, produção de textos, cartilhas e propostas de funcionamento de empresas agrícolas.

O Contas Abertas divulgou também a informação de que, em agosto de 2004, a ANARA recebeu mais R\$ 1,1 milhão do Incra, para "reestruturação produtiva, social e cultural de assentamentos", em benefício de 6.234 famílias. Esse repasse foi feito cerca de um mês depois de visita de 14 líderes do MLST, entre eles Maranhão, ao presidente Lula no Palácio do Planalto. Na ocasião, Lula teria prometido aos líderes dar especial atenção à estruturação dos assentamentos e autografou o boné dos militantes.

Ainda em 2004, a ANARA recebeu R\$ 50 mil, dessa vez do Ministério do Desenvolvimento Agrário, para "capacitação de agricultores familiares". Além disso, Maranhão e Edmilson de Oliveira Lima teriam recebido "diárias financiadas com dinheiro público para servirem de colaboradores eventuais em Brasília".

O jornal Folha de São Paulo, em 10 de junho do corrente, também publicou:

“Governo Lula já liberou R\$ 5,6 mi ao MLST

Invasão da Câmara coincide com a demora na aprovação, pelo Incra, de um projeto que destinaria mais R\$ 5,5 milhões à entidade

Em 2005, grupo assinou convênio de R\$ 1,9 milhão com o governo federal seis dias depois de invadir o Ministério da Fazenda

Eduardo Scolese

Da Sucursal de Brasília

O governo Lula já liberou R\$ 5,6 milhões ao MLST (Movimento de Libertação dos Sem-Terra), responsável pela invasão da Câmara na última terça. Desde 2000, segundo o portal Contas Abertas, o MLST recebeu R\$ 5,7 milhões do governo, sendo R\$ 75 mil em 2000 (governo FHC), R\$ 1,4 milhão em 2004, já na gestão petista, R\$ 3,2 milhões em 2005 e R\$ 1 milhão em 2006.

No dia 14 de abril de 2005, o MLST invadiu o prédio do Ministério da Fazenda, em Brasília, ficando seis horas no local. No dia 20, houve a assinatura de um convênio com o governo de R\$ 1,9 milhão dos R\$ 3,2 milhões liberados no ano passado para o movimento.

O montante, segundo o portal, foi recebido por meio da ANARA (Associação Nacional de Apoio à Reforma Agrária), braço jurídico usado pelo MLST.

Ontem, o senador Álvaro Dias (PSDB-PR), que presidiu a CPI da Terra, apresentou requerimento para que o Tribunal de Contas da União faça uma auditoria nos convênios da ANARA com o governo.

Neste ano, uma greve de servidores do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e problemas na prestação de contas de antigos convênios têm impedido a aprovação de um projeto de R\$ 5,5 milhões do MLST, segundo a Folha apurou. A paralisia da papelada é apontada como um dos motivos da invasão. A proposta, de capacitação de trabalhadores rurais, está em nome da ANARA.

Convênios

No Incra, dos cinco convênios fechados com o MLST desde 2000, dois têm pendências na prestação de contas, sujeitos a serem apontados como desvio de finalidade pelos auditores. Um convênio de R\$ 1,9 milhão (2005) e outro de R\$ 2,2 milhões (2005/2006) constam como "a comprovar" despesas.

Sem a aprovação desses gastos, no total de R\$ 4,1 milhões, não há como outro projeto ser aprovado. "Esse negócio de prestar contas é complicado", disse ontem Aparecido Dias, da coordenação nacional do MLST. Segundo ele, o movimento ainda não foi notificado pelo Incra sobre os problemas.

A maioria dos convênios fala na capacitação de trabalhadores, o que, na prática, libera os sem-terra a utilizarem o dinheiro público em projetos de educação e até em reuniões, feiras e festas -incluindo aluguel de ônibus e despesas com barracos e alimentação. Anteontem, em entrevista, líderes do MLST disseram que a manifestação na Câmara ocorreu com a ajuda de doações de militantes e políticos regionais, como vereadores e prefeitos. Negaram, porém, o uso de dinheiro oriundo de partidos e do governo federal.

Mesmo que venha a apresentar notas fiscais que comprovem os gastos de R\$ 4,1 milhões, o MLST terá de esperar o fim da greve do Incra. A paralisação já dura 40 dias. O projeto de R\$ 5,5 milhões tem de passar pela área técnica e pela procuradoria jurídica da autarquia, para que seja ou não aprovado.”

As informações ora requeridas são de fundamental importância ao cumprimento de nossas atribuições constitucionais.

Sala das Sessões,

de junho de 2006

DEPUTADA KATIA ABREU